

EXPANSÃO DO CRÉDITO E AS OSCILAÇÕES DA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA

LUIZ PAULO GUIMARÃES*
Capitão de Mar e Guerra (Ref^o-IM)

SUMÁRIO

Introdução	
Desenvolvimento	
	A crise de 2008 (EUA)
	A economia brasileira (2008)
	A expansão do crédito (2008)
	Benefícios da expansão do crédito para a economia
	Restrições à expansão do crédito
	Necessidade de reformas institucionais
	Obstáculos que dificultam e encarecem a operação de crédito
	O tomador de crédito
	A crise na zona do euro (2011)
	A economia brasileira no início do governo da Presidente Dilma (2011)
	O recrudescimento da crise na zona do euro (2012)
	A economia brasileira – Síntese da situação atual (2012)
Conclusão	

INTRODUÇÃO

Em virtude das crises econômicas internacionais e de seus reflexos na economia brasileira, temos assistido, ao longo do período de 2008 a 2012, à adoção

de diversas medidas governamentais incentivando ora a expansão, ora a retração do crédito, com o propósito de manter equilibrada a nossa política econômica. Esse foi o motivo de termos escolhido “A expansão do crédito e as oscilações da política eco-

* Gerente de Projetos Especiais na Secretaria-Geral da Marinha. Autor do livro Educação Financeira em 3 capítulos, lançado em 2013. Palestrante em Educação Financeira.

nômica brasileira” como tema de nosso artigo e de termos limitado nossa análise ao período de 2008 a 2012, certamente um campo fértil de estudo.

Tendo em vista o alto nível de endividamento de nossa população, entendemos como oportuno eleger o “agente deficitário – pessoa física” como público-alvo de nosso trabalho. Assim, além de dissertarmos sobre o crédito e sua repercussão na economia sob a ótica do governo e das instituições bancárias, vamos fazê-lo analisando os cuidados que deve ter o tomador de crédito, por vezes carente de noções básicas de educação financeira, assunto tão importante e ainda pouco disseminado no Brasil.

Apenas para fundamentar o entendimento de que, em uma economia globalizada, as lições do passado se transformam em soluções do futuro, vamos iniciar lembrando o período pós-Segunda Guerra Mundial, especificamente o enfraquecimento da economia mundial e as medidas adotadas pelos Estados Unidos da América (EUA) para fortalecer sua economia interna.

O pós-guerra – A economia mundial sofreu muito com a Segunda Guerra, a despeito de os países dela participantes terem sido afetados de formas diferentes. Enquanto os EUA emergiram do conflito mais ricos do que qualquer outro país, a economia europeia estava arrasada. A forte retração ocorrida no comércio internacional causou a redução, inclusive para os EUA, da oferta de artigos industrializados, muitos deles importados. Para contrabalançar essa retração e substituir, ainda que em parte, essas importações, os EUA incrementaram o desenvolvimento das indústrias locais e adotaram medidas para fortalecer o consumo interno, pois era entendimento que um consumo interno forte levaria o país a ficar com sua economia saudável. A estratégia americana, dita capitalista, foi bem-sucedida. As facilidades de crédito

e a disponibilidade e variedade de produtos fizeram com que as décadas de 1950 e 1960 fossem prósperas para os EUA. Movido pela força da propaganda, o povo foi induzido ao consumo, quase ao consumismo; assim, automóveis, televisões e eletrodomésticos passaram a se tornar bens de consumo essenciais, especialmente para a classe média branca americana. Por esse motivo, durante muitos anos o consumo passou a ser uma característica peculiar dos países de regime capitalista.

DESENVOLVIMENTO

A crise de 2008 (EUA)

Como é de conhecimento geral, e por isso não vamos nos alongar a respeito, a crise teve seu início no setor imobiliário. O crédito fácil e em excesso estimulou o financiamento imobiliário. Aproveitando o momento, as instituições financeiras passaram a atender também clientes do segmento *subprime*, de baixa renda, com maior risco de inadimplência, o que era compensado por taxas de retorno mais altas em favor das financeiras. Esses títulos *subprime*, por sua vez, eram renegociados com outras instituições – fundos ou bancos –, permitindo que novos empréstimos fossem realizados.

Negócios como esse sucumbem quando o tomador deixa de honrar os pagamentos. Foi o que ocorreu, motivado principalmente pela elevação dos juros. Embora o Federal Reserve System (Fed) viesse paulatinamente aumentando a taxa de juros para controlar a inflação, o início da bolha foi em 2006/2007. Sintetizamos a seguir as consequências dos juros altos para os padrões americanos: a inadimplência aumentou; o crédito encareceu, afastando novos compradores e tomadores; os imóveis desvalorizaram, pois a oferta passou a superar a demanda; a economia como um todo

desaqueceu; e o desemprego aumentou. A crise teve seu pior momento em setembro de 2008, com prejuízos enormes para as instituições financeiras, descrédito do sistema financeiro, necessidade de auxílio do governo americano e de outros países, desaquecimento da economia e sérios reflexos na economia mundial¹.

A economia brasileira (2008)

O Brasil sentiu os reflexos da crise de 2008, pois viu reduzido o volume de exportação de seus principais produtos: minério de ferro, petróleo, matérias-primas e produtos agrícolas. Para suprir o desaquecimento do comércio internacional, nosso governo adotou estratégia semelhante à utilizada pelos EUA no pós-guerra, ou seja, incentivar o consumo interno, com a finalidade de possibilitar que as indústrias e os produtores agrícolas tivessem como colocar no mercado interno parte da produção que seria exportada.

Dentre as medidas utilizadas pelo governo para incentivar o consumo interno, destacamos: o incremento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que reduziu o número de desempregados, permitindo a inclusão de milhões de brasileiros no mercado de trabalho; a expansão do crédito, tanto para as pessoas físicas como para as pessoas jurídicas, com ênfase para os setores automotivo, agrícola, de móveis e eletrodomésticos; a política de aumento real, adotada para o reajuste do salário mínimo. Assim, fruto de uma estabilidade econômica que já vinha sendo mantida e em razão das medidas adotadas, o Brasil passou pela crise com muito menos dificuldade do que outros países de economia mais forte. Sem isso, estaríamos com um desaquecimento muito sensível na produção nacional e, conseqüentemente, com forte desemprego.

A expansão do crédito (2008)

Em março de 2008, na abertura do Fórum Brasil-México, o Presidente Lula disse que o Brasil resolveu ser um país capitalista moderno, e que “não há como ser um país capitalista sem que se tenha crédito”². As ações governamentais resultaram efetivamente em aumento considerável na oferta de crédito, na ordem de 25%, o que fez elevar o montante de empréstimos para 40% do Produto Interno Bruto (PIB).

Benefícios da expansão do crédito para a economia

Entre 2002 e 2008, o crédito já havia crescido 150%. A expansão do crédito modificou os hábitos de consumo, principalmente das classes ditas como menos favorecidas. Embora com juros ainda muito altos, o crédito ficou abundante no mercado e foi oferecido de diversas maneiras: parcelamento pelas lojas (carnês), cartões das lojas, cheque especial, cheque pré-datado, e cartões de crédito.

Os créditos consignados e as ofertas de diversos tipos de financiamento de curto e longo prazos possibilitaram que a classe C e também as classes D e E passassem a ter acesso a produtos até então considerados supérfluos ou de custos exorbitantes, o que deu um impulso ao consumo. Assim é que, em pouco tempo, produtos como micro-ondas, DVD, celulares e computadores passaram a ser considerados bens de primeira necessidade. Da mesma forma, passou a ser possível adquirir-se um veículo sem nenhuma entrada e financiá-lo em até sete anos, com prestações inferiores a um salário mínimo. A indústria automobilística vendeu em doze meses (2007/2008) cerca de 2,5 milhões de veículos, um recorde de venda.

Com relação ao mercado imobiliário, o setor teve o maior volume de recursos

desde o ano de 1970, embora a relação crédito imobiliário/PIB fosse ainda muito pequena, mesmo em relação a países de economia mais fraca. Enquanto o País atingia 2%, o Chile tinha 12,8%; o México, 14%; a França, 26%; e a Espanha, 46%. Mesmo assim, mudanças importantes foram adotadas para facilitar a aquisição da casa própria, como, por exemplo, a redução do percentual de desembolso de 40% para 20% para que o comprador fosse imitado na posse da casa. Destacamos também que vários bancos privados passaram a atuar na linha de crédito imobiliário de longo prazo, oferecendo crédito em até 20 anos, pois, até então, somente a Caixa Econômica Federal oferecia financiamento superior a dez anos.

Obviamente, outro setor beneficiado com a expansão do crédito foi o próprio setor financeiro, pelo lucro auferido pelos bancos nas operações de financiamento. À época, segundo dados do Banco Central do Brasil (BC)³, o *spread* bancário (taxa de aplicação – taxa de captação) era de 29,7%, um dos maiores do mundo. A esse respeito, esclareceu a Federação Brasileira de Bancos (Febraban)⁴ que o número apresentado pelo BC referia-se ao percentual bruto do *spread*. A expansão do crédito, principalmente o oferecido pelos bancos públicos, foi sem dúvida um importante propulsor do crescimento da economia, pois, ao fomentar o consumo, obrigou o setor produtivo a fabricar mais bens e, conseqüentemente, aumentar o nível de empregos e alimentar o ciclo do consumo. É relevante lembrar que, à época, a despeito de convivermos com uma elevada taxa de juros reais e com uma predominância de créditos de curto prazo, a nossa relação crédito/PIB (41,3%) alcançou marca histórica, ainda que distante dos índices observados em países desenvolvidos (EUA – 202%). Os riscos da expansão do crédito ainda não faziam parte das preocupações do BC, e o índice de inadimplência

de nossa população (4,3%) não apresentava números alarmantes.

Restrições à expansão do crédito

Por décadas, a expansão do crédito bancário vem sendo usada no Brasil como instrumento de controle da demanda e, em última instância, da inflação. No passado, deparávamo-nos com a situação peculiar de os *deficits* crônicos do Tesouro Nacional serem financiados pelo Banco Central por meio da emissão de moeda. Como não era possível controlar o crescimento do estoque monetário, o governo tentava conter a inflação controlando o crédito privado, por meio de depósitos compulsórios, contingenciamentos e outras tributações impostas ao sistema bancário. É fato que, naquela época, as instituições monetárias e fiscais do País não tinham a mesma solidez dos dias atuais, e, assim, justificava-se a intervenção direta nas decisões dos agentes de mercado.

No entanto, este instrumento não se mostrou historicamente eficaz, considerando os períodos de hiperinflação ocorridos desde os anos 60 até 1994, quando foi criado o Plano Real. Posteriormente, a partir de 1999, a adoção de regimes de câmbio flexível, austeridade fiscal e metas de inflação fez com que o controle direto do crédito fosse pouco utilizado no período. Entretanto, os efeitos paralelos das medidas adotadas para combater a crise financeira de 2008 e a continuidade da crise do euro criaram desequilíbrios macroeconômicos que, na visão do governo, voltaram a justificar as restrições de crédito, agora sob o nome de medidas macroprudenciais. As medidas macroprudenciais usadas pelo BC tinham por finalidade combater a inflação por meio da redução do crédito, motivada pelo seu encarecimento, sem que tal encarecimento fosse causado pelo aumento dos juros. Elevando os depósitos compulsórios e aumen-

tando as exigências de capital próprio dos bancos para empréstimos de longo prazo, as operações de crédito ficavam mais caras e exigiam entradas maiores, de modo que a procura por esse tipo de financiamento diminuía.

Necessidade de reformas institucionais

O crescimento desordenado foi razão básica das sucessivas crises financeiras da década de 1990 e representou um papel ainda mais evidente na crise que eclodiu em 2008.

Uma nação que pretenda crescer por conta exclusiva de sua própria política, ignorando o sistema internacional, entrará em declínio. É inquestionável que, cedo ou tarde, por vontade própria ou por implicações do sistema internacional, esta nação terá de passar por ajustes financeiros, sob o risco de quebrar. Assim, apesar de nosso sistema financeiro ter se mostrado bastante sólido durante as crises, há um consenso de nosso governo e do governo dos países do G20 quanto à necessidade de uma reforma no sistema financeiro internacional.

Vamos sintetizar a seguir os principais pontos que vêm sendo abordados nas últimas reuniões do G20 no que se refere ao assunto:

– Atendendo ao desejo dos EUA e do Reino Unido, o Fundo Monetário Internacional (FMI) propõe que bancos e outras instituições financeiras paguem novos impostos, com o objetivo de garantir recursos para financiar eventuais pacotes futuros de resgate, como os que muitos governos tiveram de liberar durante a crise econômica mundial, e também de restringir os riscos assumidos por essas instituições, o que ajudaria a prevenir novas crises.

– O Brasil e os demais países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) não concordam integralmente com essa proposta, principalmente em relação à taxação.

– No caso do Brasil, há um entendimento de que nosso sistema financeiro é sólido, não estava alavancado, não estava operando com *subprimes* ou outros financiamentos de risco; assim, taxações como as propostas deveriam ser aplicadas apenas para os países em que os sistemas financeiros apresentaram maiores problemas.

– Em abril de 2012, os países do G20 concordaram em reforçar o caixa do Fundo em US\$ 430 bilhões, para ampliar a muralha anticrise da instituição multilateral. O porta-voz do FMI, Gerry Rice, negou que haja retrocessos ou atrasos de alguns doadores para atingir as promessas; os países

As crises também servem para nos ensinar algumas lições

do Brics condicionam a contribuição de recursos a maior participação no comando do FMI (os emergentes encontram forte resistência dos países que podem perder espaço

nas decisões do FMI e do Banco Mundial).

– Na última reunião do G20 (México, jun/2012) houve uma “evolução” por parte da chanceler alemã, Angela Merkel, em prol de que as economias avançadas combinem seus processos de ajuste fiscal com medidas de estímulo, para evitar a estagnação. Essa é uma ideia defendida há tempos pelo Brasil como caminho para sair da crise.

Ainda que não se tenha chegado a um acordo sobre alguns pontos em discussão, parece-nos de fundamental importância que seja consensual, entre os governos dos principais países, a necessidade de reformulações e regulamentações financeiras em nível internacional.

Obstáculos que dificultam e encarecem a operação de crédito

Dos obstáculos que dificultam e encarecem a operação de crédito, vamos analisar a *tributação*, a *assimetria das informações* e a *inadimplência*. Julgamos que os itens elencados representam um peso significativo na composição do *spread* bancário. É nosso entendimento que o abrandamento desses obstáculos, aliado à contribuição que ainda pode ser dada pelos bancos no sentido de diminuir seus custos de operação e as taxas de juros de suas linhas de financiamento, possibilitará a redução do *spread*, sem grande prejuízo da lucratividade bancária, uma vez que a tendência será o aumento da base de clientes e do volume do crédito.

Como o artigo não é acadêmico, não vamos nos deter na apresentação de gráficos e fórmulas de cálculo, de competência e de pleno conhecimento dos técnicos no assunto.

a) *Tributação* – Os impostos diretos e indiretos, segundo a Febraban, representam 21,9% do *spread*. São eles: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O custo tributário no Brasil é sabidamente elevado e onera o crédito e o custo de produção como um todo (custo da folha de pagamento, custo da matéria-prima, custo dos serviços etc.). O governo vem adotando medidas pontuais, diminuindo, por determinado período, alíquotas de impostos para alguns setores considerados como mais prejudicados. Entretanto, o que se espera, na verdade, é a votação de uma reforma tributária, o que vem sendo há muito discutido entre a União e os estados.

Será este, enfim, o ano da votação pelo Congresso do tão propalado novo pacto

federativo, regulando a distribuição entre estados e União de tudo o que se arrecada?

Um dos principais itens desse pacto é o chamado FPE (Fundo de Participação dos Estados), composto por recursos arrecadados com o Imposto de Renda, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico (Cide). Os critérios de distribuição atual do FPE foram estabelecidos em 1989 por uma lei complementar que determinava sua revisão dois anos depois. Essa revisão nunca ocorreu, e o Supremo Tribunal Federal (STF) acabou determinando o prazo de até 31 de dezembro de 2012 para que o Congresso votasse um novo projeto. Caso contrário, o FPE perderia a validade e os estados teriam um prejuízo de cerca de R\$ 40 bilhões/ano.

Observação: no início de 2013, o STF autorizou que fosse mantida por 150 dias a distribuição na forma atual, até aprovação de novo projeto em 2013.

b) *Assimetria das Informações* – Este item analisa a qualidade da gestão da informação para avaliar a concessão de crédito bancário. Pesquisas evidenciaram deficiências, confirmando a necessidade de mudança nos sistemas de gestão da informação para a melhoria do processo de negociação de crédito bancário e a maior eficiência econômica dos recursos disponibilizados.

Akerlof (1970)³ apresenta o conceito de seleção adversa, destacando que ela surge antes do acordo estabelecido no processo de negociação, com a assimetria da informação. Quando uma das partes envolvidas possui informações sobre o que estão a negociar que a outra parte não possui, emerge a possibilidade de seleção adversa. Em seu estudo, Akerlof parte do princípio de que os compradores de automóveis usados não sabem se os produtos à venda são bons ou ruins, por isso eles se dispõem a pagar um valor que se situa na média de mercado. En-

quanto isso, os vendedores, que geralmente conhecem bem mais os produtos que estão vendendo, tendem a cobrar um valor mais alto por produtos que consideram ter mais qualidade do que os outros.

Nesse caso, a seleção adversa pode ocorrer na medida em que o comprador, tendo a opção de comprar ou não, decide com base nas limitadas informações que possui. Em outras palavras, o comprador se disporia a pagar o valor médio dos automóveis, na medida em que ignora os atributos que valorizam o automóvel. Enquanto isso, os vendedores, que geralmente conhecem bem mais os produtos que estão vendendo, tendem a cobrar um valor mais alto por produtos que consideram ter mais qualidade do que os outros (MACAGNAN, 2007a)⁴.

Relacionando o problema de seleção adversa ao mercado financeiro, Mishkin (2000)⁶ argumenta que nas transações de concessão de crédito poderiam existir mais tomadores com risco de crédito elevado, pois estes seriam os mais propensos a buscar empréstimos. Como decorrência da assimetria da informação, a quantidade de crédito disponível tenderia a diminuir devido ao medo dos agentes bancários, sujeitos à seleção adversa por não conseguirem distinguir os bons dos maus pagadores. Em uma análise inversa, a oferta de crédito dos agentes bancários também poderia estar sujeita à seleção adversa dos tomadores de crédito devido à falta de informações sobre o crédito que disponibilizam. Os tomadores de crédito tenderiam a buscar o crédito apenas pelas informações disponíveis, procurando, por exemplo, por taxas de juros que estariam na média de mercado, sem levar em consideração os demais aspectos relacionados, como credibilidade da empresa financiadora, condições de pagamento e taxas de cadastro do cliente, entre outros.

Os sistemas disponibilizados pelos bancos para efetuar a análise de crédito

são, basicamente: cadastro, gerenciais e operacionais. Ainda são disponibilizadas ferramentas de apoio, como sistemas disponíveis na internet, que possibilitam pesquisas de informações sobre a situação financeira e de crédito dos clientes no mercado. Todos esses sistemas têm por objetivo possibilitar aos gerentes de negócios um trabalho eficiente e a realização de bons negócios.

O sistema de cadastro utilizado armazena várias informações sobre os clientes: pessoa física e pessoa jurídica. No que se refere a pessoa jurídica, o sistema objetiva possibilitar consultas e análise sobre: identificação, ramo de atuação, porte da empresa, faturamento e informações sobre instalações, entre outras. As informações sobre identificação referem-se basicamente ao nome da empresa, CNPJ, endereço, código postal, telefone, fax e correio eletrônico. Permitem a identificação e a manutenção de contato com a empresa. Além disso, no sistema são armazenadas várias outras informações, que possibilitam consultas mais detalhadas como: data de fundação, inscrição estadual, tipo e porte da empresa, faturamento médio, capital social, instalações (se próprias ou alugadas), informações contábeis, ramo de atuação, se a empresa possui conta-corrente ou não, data de abertura e de renovação de cadastro, bem como histórico sobre produtos e serviços adquiridos.

Os sistemas gerenciais contribuem com informações adicionais sobre o relacionamento das empresas com a instituição financeira. Neles são consolidadas informações mensais sobre a empresa, tais como limite da conta-corrente, saldo atual, saldo médio credor, saldo médio devedor, taxa de juros do cheque especial e juro mensal cobrado. Ainda são disponibilizadas informações sobre créditos já concedidos, sendo relacionados o valor contratado, as taxas de

juros e a situação das parcelas pendentes, parcelas pagas e a vencer, entre outros. A rentabilidade e a capacidade do cliente em saldar seus compromissos são informações disponibilizadas nos sistemas gerenciais, servindo de apoio aos gerentes de negócios na tomada de decisão. Dependendo do valor envolvido, a decisão final sobre a concessão do crédito requer o aval do comitê de crédito da instituição. Os sistemas operacionais, base de informações para os sistemas gerenciais, são disponibilizados para registrar e consultar operações nos diversos produtos e serviços disponíveis. Estes sistemas possibilitam obter informações mais detalhadas da relação do cliente com a instituição financeira.

Como vemos, a gama de fontes de informação utilizadas pelos gerentes de negócios é bem variada. Além do sistema de cadastro, dos sistemas gerenciais e dos sistemas operacionais, os gerentes de negócios da instituição financeira têm acesso a outras fontes de informação, como relacionamento com a comunidade, meios de comunicação e pesquisas na internet.

Entretanto, isso não significa que esses sistemas sejam plenamente eficazes para a tomada de decisão.

As deficiências na gestão da informação estariam relacionadas à falta de um histórico mais detalhado das operações de crédito com a instituição financeira, à demora na obtenção de algumas informações por meio dos sistemas gerenciais e a informações desatualizadas ou incompletas. Podemos destacar também a falta de confiabilidade sobre as informações contábeis, que eventualmente podem ser maquiadas e não representar a realidade das empresas.

c) Inadimplência – segundo dados da Febraban⁷, a inadimplência é responsável por considerável percentual (28,7%) do *spread* bruto, destacando-se que, no que se refere a pessoa física, a inadimplência no

Brasil é maior do que na Europa, nos EUA e nos demais países emergentes. O fato se agrava pelo custo de recuperação do crédito e pela lentidão dos processos judiciais, que não se resolvem em menos de cinco anos. Assim, além da inadimplência, estes custos adicionais também contribuem para elevar os *spreads*. Afora os motivos de origem do tomador de crédito, amplamente conhecidos (insucesso nos negócios, desequilíbrio financeiro por não adequar despesa à receita auferida, desemprego etc.), a inadimplência pode ser resultado de uma concessão de crédito indevida ou uma concessão de crédito de alto risco, em função de insuficiência de informações confiáveis para embasar a análise de crédito – a assimetria de informações, já fartamente comentada no item anterior.

Espera-se que a criação do Cadastro Positivo (junho/2011) traga benefícios para as instituições financeiras e para os tomadores, tais como: análise de crédito mais criteriosa, redução da taxa de juros, ampliação da capacidade de consumo da sociedade, redução de *spreads* bancários como consequência da diminuição do risco, redução da inadimplência e aumento significativo de oferta de crédito ao consumidor.

O tomador de crédito

A expansão do crédito incluiu milhões de brasileiros no mercado financeiro (45 milhões, entre 2005 e 2012). Muitos deles não possuíam noções mínimas de educação financeira e passaram a lidar, pela primeira vez, com cheque especial e cartão de crédito, que usualmente lhes eram oferecidos com limite superior às suas capacidades de pagamento.

O tomador desavisado era, e ainda é, atraído pela possibilidade do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito. Passada a satisfação da compra, assusta-se

com o avassalador e cumulativo crescimento do saldo devedor, fruto dos elevados juros que eram, e ainda são, praticados no mercado. À semelhança do cartão de crédito, passaram a ter sérios problemas de desequilíbrio financeiro os tomadores que utilizaram indiscriminadamente o cheque especial, considerando as altas taxas de juros praticadas, além do IOF.

O uso do crédito de forma indevida, por desconhecimento ou para satisfazer exclusivamente ao consumismo, foi um dos motivos do aumento do índice de endividamento de nossa população.

Discorremos sobre o crédito e sua expansão, motivada pelas medidas adotadas pelo Governo Lula para combater a crise financeira de 2008.

Ainda comemorávamos o crescimento da economia em 2010 – 7,5%, maior alta em 24 anos – quando eclodiu a crise do euro.

A crise na zona do euro (2011)

Os países europeus vinham apresentando problemas em suas economias desde 1997, principalmente Grécia, Espanha, Portugal e Finlândia.

Principais ocorrências entre 1997 e 2008: a dívida das empresas não financeiras passou de 250% para 280% do PIB; o endividamento dos bancos aumentou de 190% para 250% do PIB; o endividamento das famílias aumentou em 50%.

A crise de 2008 nos EUA trouxe sérios reflexos para a economia dos países europeus. O desaquecimento nas economias desses países fez com que as populações passassem a consumir menos e poupar mais, gerando um aumento da poupança do setor privado. Em contraposição,

houve uma redução dos investimentos e da poupança do setor público, em função de medidas adotadas pelos governos em socorro das economias (redução de impostos e concessão de incentivos financeiros). Ocorreu, portanto, o que se denominou de “socialização de parte das dívidas privadas”, ou seja, a transferência de dívidas do setor privado para o setor público.

A economia brasileira no início do governo da Presidente Dilma (2011)

A continuidade da crise na zona do euro fez com que se mantivesse desaquecido o comércio internacional.

Esse desaquecimento refletiu no nosso parque industrial, que apresentou níveis de

produção bem abaixo do previsto. Com o consumo interno ainda aquecido e os níveis de produção aquém do esperado, o mercado começou a sentir os efeitos paralelos das medidas adotadas no governo Lula – o risco de inflação –, o que fez com

que o Banco Central (Copom) mantivesse elevada a taxa de juros (Selic). Com isso, o governo visava a restringir a expansão do crédito e conter o aumento do consumo interno, para evitar que a inflação ultrapassasse o teto da meta estabelecida.

Por outro lado, no intuito de evitar um aumento no *deficit* das contas públicas, o governo obrigou-se a conter despesas de consumo e pessoal e, principalmente, os investimentos.

A crise externa, o desaquecimento industrial, a redução de investimentos públicos e o alto crescimento em 2010 foram fatores que contribuíram para que tivéssemos um crescimento do PIB em 2011 abaixo de 3%, frustrando as estimativas do governo de um crescimento na faixa de 5% a 6%.

Ainda comemorávamos o crescimento da economia em 2010 – 7,5%, maior alta em 24 anos – quando eclodiu a crise do euro

O recrudescimento da crise na zona do euro (2012)

O ano se inicia com um aprofundamento da crise na zona do euro. Pacotes financeiros são propostos numa tentativa de salvar os países em maior dificuldade, especialmente Espanha e Grécia. Entretanto, França e Alemanha condicionam a aprovação de liberação de créditos pelo Banco Central Europeu (BCE) a um comprometimento de severo ajuste fiscal, incluindo controle de despesas e restrição de benefícios por parte dos países endividados.

A Grécia, principalmente, viveu momentos delicados, pela dificuldade do governo em adotar as medidas necessárias para conter o *deficit* público e evitar um calote geral, o que certamente contaminaria toda a Europa. A despeito das dificuldades, há um consenso entre os países de economia mais forte (EUA, Alemanha e França) de que todos os esforços devem ser feitos para que a Grécia se mantenha na zona do euro.

A economia brasileira – Síntese da situação atual (2012)

O recrudescimento da crise na zona do euro e o risco de desaquecimento na economia dos países em desenvolvimento, especialmente a China, vêm causando apreensão no mercado internacional.

Com isso, as aplicações tendem a migrar para investimentos e mercados considerados mais seguros (Títulos do Tesouro Americano), causando uma valorização do dólar no mercado internacional.

Em relação ao real, a cotação do dólar em poucos meses saiu de R\$ 1,70 (fev./2012) para mais de R\$ 2,00. Essa desvalorização do real foi comemorada pelos exportadores, pois o real, considerado sobrevalorizado pelos analistas de mercado, prejudicava nossa exportação.

Entretanto, o BC começou a intervir para conter a alta do dólar, de forma a evitar

que essa alta pressionasse o aumento de preços, gerando inflação.

O fraco desempenho da economia externa e da economia nacional fez o governo reeditar a estratégia de facilitar a expansão de crédito para incentivar o consumo interno, o que deu bom resultado quando usado como antídoto da crise financeira dos EUA em 2008.

Em 4 de maio de 2012 o governo alterou a remuneração da caderneta de poupança, fixando-a em 70% da Selic + Taxa Referencial (TR), a partir do momento em que a taxa Selic ficasse igual ou menor do que 8,5%. Tal alteração abriu a possibilidade de novas reduções na taxa Selic, eliminando o risco da rentabilidade da caderneta de poupança superar a dos títulos públicos, com os quais o governo financia a dívida pública. Ato contínuo, o governo anunciou que os bancos oficiais reduziram as taxas de juros, decisão que, imagina-se, venha pressionar os bancos privados a acompanharem tal redução.

Em 21 de maio de 2012, o governo anunciou novas medidas, desta feita favorecendo a indústria automobilística, que já havia sido anteriormente motivo de medida protecionista, quando foi fixado o percentual autorizado de itens importados na produção nacional. Foram anunciados: redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), redução dos juros para aquisição de carros novos, redução no IOF, aumento no prazo dos financiamentos, vendas financiadas sem entrada e liberação de parte do depósito compulsório. Essas medidas tinham validade até o final de agosto/2012, algumas estendidas até dezembro/2012, com a finalidade de expandir o crédito e aumentar o consumo, além de tornar possível a redução dos estoques da indústria automobilística.

Alguns analistas questionaram se essas medidas teriam o mesmo sucesso anterior, uma vez que as facilidades de crédito, se por

um lado propiciaram, à época, o aumento do consumo e a revitalização da economia, por outro fazem com que o mercado conviva, hoje, com um elevado índice de inadimplência, embora as autoridades financeiras venham afirmando não ser isso um motivo de preocupação. No dia 22 de maio de 2012, a despeito das afirmações acima, a Presidente Dilma anunciou a possibilidade de adoção de novas medidas favorecendo a expansão de crédito e a negociação com bancos e instituições financeiras, visando à redução da inadimplência.

A arrecadação do governo federal em julho caiu pelo segundo mês seguido, devido ao desaquecimento da economia e às desonerações concedidas pelo governo para reaquecer a economia e, também, por causa de receitas extraordinárias verificadas em julho de 2011 que não se repetiram. A arrecadação menor deixa o governo com menos espaço para ampliar investimentos públicos.

Em 15 de agosto, o governo anunciou a criação do Programa de Investimentos em Logística, para recuperação de ferrovias e rodovias por meio de PPP (parceria público-privada), com extensão posterior para portos e aeroportos.

O mercado apostava no recuo da taxa Selic para 7,5% na reunião do Copom realizada em 29 de agosto de 2012, o que se confirmou. A taxa baixou para 7,25% na reunião de outubro/2012, foi mantida em novembro e ficou inalterada até o final do ano e, possivelmente, durante boa parte de 2013, salvo a ocorrência de novas crises econômicas.

Também em 29 de agosto de 2012, o governo, em mais uma tentativa de aquecer a atividade econômica, prorrogou a redução de IPI para a indústria automotiva até 31 de outubro de 2012 e para a linha branca até 31 de dezembro do mesmo ano e anunciou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cobrará

juros reais negativos ao Programa de Sustentação do Investimento (PSI), voltado à aquisição de bens de capital. Tais medidas retratam a preocupação do governo com a baixa *performance* dos investimentos em ampliação da oferta de bens e serviços no País. Por outro lado, o governo procura, uma vez mais, incentivar a expansão do crédito e dar sustentação ao consumo como instrumento de estímulo ao investimento.

A despeito das medidas adotadas para incentivar a expansão do crédito, os bancos passam por um momento delicado. Os juros em queda exigem que os bancos sejam mais eficientes e diminuam seus custos, se não quiserem ver reduzidas as suas margens de lucro. Alguns bancos já anunciam a possibilidade de realizar demissões.

Finalizamos nosso artigo listando as próximas medidas que o governo pretende implantar para reativar a economia:

- proteção tarifária para melhorar a competitividade industrial, elevando a alíquota de importação de cerca de cem produtos;

- redução do custo da energia para os consumidores residenciais e industriais, o que se efetivou em fevereiro de 2013, com um desconto na faixa de 18% a 32%. Isso vai diminuir o custo de produção da indústria e dar uma contribuição importante para o controle da inflação em 2013;

- na área tributária, além da ampliação das desonerações da folha de salário das empresas, o Ministério da Fazenda está concluindo tanto a reforma do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS) quanto a do PIS/Cofins;

- as reformas da Previdência (em substituição ao fim do fator previdenciário) e a do mercado de trabalho (com o Acordo Coletivo de Trabalho com o Propósito Específico – ACE).

CONCLUSÃO

Cumprindo nosso propósito, este artigo, redigido em linguagem cotidiana e não em “economês”, sem fórmulas e gráficos, é dirigido ao público em geral.

Ao discorrermos sobre o crédito, correlacionamos as medidas adotadas para sua expansão ou retração ao momento vivido pelo País, o que explica as oscilações de nossa política econômica.

Poucos investimentos públicos, aliados à menor capacidade da população em se comprometer com novos empréstimos, explicam o motivo de ainda não terem apresentado o mesmo êxito, em 2012, as medidas adotadas com sucesso em 2009/2010 para expandir o crédito e aumentar nosso consumo interno.

O conjunto de políticas anunciado em 2012, para elevar a competitividade da economia brasileira e o padrão de vida da população, denota uma mudança do discurso e do foco da política econômica, com o reconhecimento de que não haverá crescimento se não houver a parceria de investimentos públicos com investimentos privados.

Ao priorizar o crescimento, o que entendemos ser uma medida coerente, o governo não pode desconhecer o risco de ter que, futuramente, adotar medidas severas para controlar um eventual processo inflacionário.

Enfatizamos a necessidade de reformas estruturais que tornem competitivos o sistema financeiro e a indústria nacional, o que permitirá alcançarmos, de forma mais consistente, o nível de desenvolvimento econômico e social que todos almejamos.

As oscilações da política econômica, enfocadas em nosso trabalho, permitem-nos afirmar que medidas hoje adotadas para incentivar a expansão do crédito voltarão a ser aplicadas em algum momento.

Por esse motivo, deixamos como sugestão que o governo conduza ações visando a fomentar a divulgação dos conceitos de educação financeira para a população em geral, inclusive apressando sua inclusão na grade curricular do Ensino Médio. Assim, no futuro, o ingresso de novos brasileiros no sistema financeiro, com o conseqüente acesso às diversas formas de crédito oferecidas pelo mercado, será feito sem que, por desconhecimento, inúmeras pessoas se tornem insolventes, situação com que agora nos deparamos.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ECONOMIA>; Economia do Brasil; Inflação; Poder Econômico; Política Nacional; Crise;

REFERÊNCIAS

- Valor Econômico, <http://www.valor.com.br>
 Projeto Educação Financeira, 2010, <http://www.lnkedin.com/educacaofinanceira>
 1 – IMF World Economy Outlook, <http://www.imf.org>
 2 – http://veja.abril.com.br/expansao_credito
 3 – AKERLOF, George. The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 84, p. 488-500.
 4 – MACAGNAN, Clea. *Administração de Conflitos e Negociação. MBA Gestão de Pessoas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006./
 5 – ARROW, Kenneth. Uncertainty and the Welfare Economics of Medical Care. *American Economic Review*, v. 53(5), p. 941- 973, 1963
 6 – MISHKIN, Frederic. *Moedas, bancos e mercados financeiros* 5ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
 7 – www.febraban.org.br/Febraban